

e juros de 4,5% ao ano sobre o saldo devedor (Subcréditos "A" e "B").
.20% do valor do financiamento é atualizado por uma cesta de moedas e juros de 4,5% ao ano sobre o saldo devedor (Subcrédito "C").
O número de parcelas para amortização foi definido em 144, restando 63 em 31 de dezembro de 2013, com a última prevista para 15 de março de 2019.
As parcelas do financiamento vincendas seguem, atualmente, o seguinte cronograma de pagamento:

Ano	Valor (R\$)
2015	5.724
2016	5.724
2017	5.724
2018	5.724
Após 2018	1.430
	24.326

As garantias do financiamento são as seguintes:

- .Penhor dos direitos emergentes da concessão.
- .Caução da totalidade das ações ordinárias nominativas de emissão da Companhia.
- .Caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão.
- .Manter no encerramento do exercício social índice de cobertura de dívida superior a 1,3 durante a vigência do contato. Em 31 de dezembro de 2013 o índice de cobertura de dívida é de 1,98 (em 31 de dezembro de 2012 foi de 1,39).
- .Destinação de dividendos mediante aprovação prévia de proposta enviada ao BRDE.
- .Manter saldo em aplicação vinculada (conta garantia) equivalente a três parcelas de amortização do financiamento.
- .Os resgates da conta garantia só poderão ser efetuados mediante aprovação prévia do BRDE.

12 Dividendos a pagar

O saldo dos dividendos é composto pelos dividendos destinados no exercício de 2013, que representam os dividendos mínimos obrigatórios (25%):

	2013
Lucro líquido do exercício	9.747
(-) Reserva legal	(487)
Base para dividendos	9.260
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	2.315
Total de dividendos por ação (em R\$)	0,0578

13 Impostos e contribuições sociais

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
PIS	9	10
COFINS	43	46
CSLL	82	53
IRPJ	105	77
Outros	17	2
	256	188

A apuração do IRPJ e do CSLL, com base no lucro presumido, ocorreu da seguinte forma:

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
IRPJ		
Faturamento - RAP	22.761	22.938
Base de cálculo 8%	1.821	1.835
Faturamento - Prestação de serviço		306
Base de cálculo 32%		98
Outras receitas	518	441
Ajustes		44
Base de cálculo	2.339	2.418
15% + 10 %	561	580
Saldo IRPJ	561	580

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
CSLL		
Faturamento - RAP	22.761	22.938
Base de cálculo 12%	2.731	2.753
Faturamento - Prestação de serviço		306
Base de cálculo 32%		98
Outras receitas	518	441
Outros		50
Base de cálculo	3.249	3.342
CSLL 9%	292	301
Saldo CSLL	292	301

14 Taxas regulamentares

	Percentual	Fundamentação	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Reserva global de reversão	2,5% RB*	Desp. 3.038/2013	54	49
Pesquisa e desenvolvimento - F.N.D.C.T	0,4% ROL*	Lei 10.848/04	14	14
Pesquisa e desenvolvimento - M.M.E	0,2% ROL	Lei 10.848/04	7	7
Pesquisa e desenvolvimento - P & D	0,4% ROL	Lei 10.848/04	714	579
Taxa de fiscalização - ANEEL	0,5% RB	Desp. 1.945/2013	8	9
			797	658

* RB - Receita bruta e ROL - Receita operacional líquida

Valores referem-se a encargos do setor elétrico brasileiro, pagos pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica.

Em 2009, deu-se o início aos pagamentos dos valores para os Projetos de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D). Esses pagamentos são lançados no ativo, no grupo Serviços em Curso, até que o projeto esteja concluído. Todos os projetos que estavam em andamento foram concluídos no primeiro trimestre de 2011, encerrando o saldo de serviços em curso. O saldo que ainda não foi aplicado está sendo corrigido mensalmente pela taxa Selic.

Os encargos de FNDCT (Finep) e M.M.E são provisionados mensalmente e pagos no segundo mês subsequente à competência. Como normalmente são pagos no prazo, não sofrem atualização.

15 Outros passivos

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Adiantamento de clientes	22	4
Obrigações trabalhistas	38	21
Ajuste de indisponibilidade de linha (a)	238	231
Retenções contratuais	128	128
Provisão processos fiscais Receita Federal		59
	426	443
Passivo circulante	298	315
Passivo não circulante	128	128

(a) Ajuste de indisponibilidade de linhas

Esse montante, em 31 de dezembro de 2013 refere-se à provisão para uma eventual contingência quanto à interrupção do serviço de transmissão, multa prevista pela legislação específica do setor. Nesse sentido, a referida provisão é constituída levando-se em consideração o percentual de 1% sobre a RAP, a fim de evitar que dispêndios contingentes prejudiquem o fluxo de caixa da Companhia. Se a empresa continuar sem perdas por indisponibilidade de linha, este valor será modificado apenas quando a RAP for atualizada, o que ocorre todo mês de julho.

16 Partes relacionadas

A Companhia tem operações de contratos de prestação de serviços de Operação e Manutenção e de manutenção sociopatrimonial com a controladora Eletrosul, atualizados anualmente pelo IGPM, que são lançados mês a mês, de acordo com a competência. Existe também um contrato referente à fase pré-operacional que foi provisionado no passivo não circulante, e é corrigido anualmente. Os saldos a pagar em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 eram os seguintes:

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Contas a pagar		
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	4.685	4.780
	4.685	4.780
Passivo circulante	112	117
Passivo não circulante	4.573	4.663

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Resultado		
Serviços de terceiros - Custo de manutenção das redes de transmissão - Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	(2.593)	(2.407)
Aluguel - Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	(240)	(222)
	(2.833)	(2.629)

O pessoal-chave da Administração é formado pelos diretores (financeiro e técnico) e sua remuneração em 2013 foi de R\$ 374 (R\$ 164 no mesmo período de 2012).

17 Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social autorizado e integralizado é de R\$ 40.000 mil, representado por 40.000.000 ações ordinárias nominativas e caucionadas em garantia de financiamento do BRDE, como segue:

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Quantidade de ações		
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	30.000.000	75%
ELOS - Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social	10.000.000	25%
	40.000.000	100%

(a) Reserva legal

O montante de R\$ 2.717 mil é constituído na forma prevista pela legislação vigente.

(b) Reserva de retenção de lucros

Constituída conforme proposta da Administração e aprovação em Assembleia Geral Ordinária, tal reserva está fundamentada na restrição de distribuição de lucros constante no contrato de empréstimo assinado junto ao BRDE, sendo distribuídos os dividendos conforme aprovação formal por parte do referido banco.

18 Receita operacional líquida

	2013	2012
Receita operacional bruta		
Receita com ativo financeiro	19.474	20.399
Receita de serviços		306
Receita de construção		2
	19.474	20.707
Deduções da receita bruta		
Cofins	(683)	(697)
PIS/Pasep	(148)	(151)
Reserva global de reversão - RGR	(617)	(572)
P&D	(211)	(216)
	(1.659)	(1.636)
Receita operacional líquida	17.815	19.071

19 Outras receitas e despesas operacionais, líquidas

	2013	2012
Despesas operacionais		
Tributos	(5)	(47)
Materiais	(4)	(1)
Arrendamentos e aluguéis	(19)	(26)
	(28)	(74)
Receitas operacionais		
Recuperação de despesas	1	35
	(27)	(39)

20 Resultado financeiro líquido

	2013	2012
Receitas financeiras		
Receita de aplicação	679	620
Variação cambial	754	1.070
Outras receitas	7	
	1.440	1.690
Despesas financeiras		
Encargos da dívida	(2.897)	(3.673)
Variação monetária	(1.508)	(1.631)
Outras despesas financeiras	(73)	(87)
	(4.478)	(5.391)
	(3.038)	(3.701)

21 Receita de disponibilidade da rede elétrica

Em conformidade com o Contrato de Concessão nº 02, assinado em 4 de março de 2005 com a União, por intermédio da ANEEL, foi outorgada à Companhia a concessão do Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na implantação, manutenção e operação da linha de transmissão Ivaiporã-Londrina de 525 kV. Anualmente, após a data de assinatura desse contrato, a Aneel procederá à revisão periódica da Receita Anual Permitida (RAP) de transmissão de energia elétrica pela execução de reforços e ampliações nas instalações de transmissão.

Pela disponibilidade das instalações de transmissão para operação comercial, a Companhia tem direito, nos primeiros 15 (quinze) anos de operação comercial, à receita anual permitida (RAP), resultante da sua proposta financeira, sendo que, a partir do 16º (décimo sexto) ano de operação comercial, a receita anual permitida da transmissora será de 50% (cinquenta por cento) da receita anual permitida do 15º ano de operação. Para o ciclo 2013/2014, o qual compreende o período de 1º de julho de 2013 a 30 de junho de 2014, a Receita Anual Permitida é de R\$ 24.531, conforme determinado pela Resolução Homologatória ANEEL nº 1.559 de 27 de junho de 2013. A Receita Anual Permitida (RAP) será reajustada pelo IGP-M anualmente, conforme descrito na cláusula 6ª do Contrato de Concessão.

Entretanto, de acordo com o CPC 37 e ICPC 01, a receita a ser contabilizada no resultado da companhia não deverá ser mais a RAP, fornecida pelo operador nacional do sistema, e sim as receitas com o ativo financeiro, de O&M e de construção. A RAP continuará representando o montante a ser recebido pela empresa e agora servirá para amortização do ativo financeiro não indenizável, de acordo com o descrito no item (i) da nota 4.6

Americo Baptista Filho
Diretor Presidente

Sólón Oliveira do Canto
Diretor Financeiro

Maria Inês Dressler
Contadora CRC- RS-049754/O-4 T-SC
CPF: 537.017.980-87

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Diretores e Conselheiros da
UIRAPURU TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A
Florianópolis - SC

Examinamos as demonstrações financeiras da **UIRAPURU TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da **UIRAPURU TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da **UIRAPURU TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A**, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da **UIRAPURU TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A**. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **UIRAPURU TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A**, em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Informação Suplementar - Demonstração do Valor Adicionado
Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da **UIRAPURU TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A**, cuja a apresentação é requerida, pela legislação societária brasileira apenas para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente representada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros Assuntos
As demonstrações financeiras de 31/12/2012 apresentadas para fins de comparabilidade foram revisadas por outros auditores, com parecer emitido sem ressalvas em 20/03/2013. São José (SC), 20 de janeiro de 2014.

Hermenegildo João Vanoni AUDICONSULT Auditores S/S
Sócio Responsável - Contador-CRC-SC 14.874/O-7 CRC-SC 4.012

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da **UIRAPURU Transmissora de Energia S.A.**, abaixo assinados, após examinarem as Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2013, compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração dos Valores Adicionados e respectivas Notas Explicativas, acompanhadas do parecer, emitido em 20 de janeiro 2014, pela empresa de auditoria Audiconsult Auditores S/S, entendem que as Demonstrações acima mencionadas representam adequadamente a posição patrimonial econômico-financeira da **UIrapuru Transmissora de Energia S.A.** naquela data, estando em condições de serem submetidas à aprovação dos Acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária.

Florianópolis 25 de fevereiro de 2014.

Geraldo Andrade de Souza Rogério Brenand Pazzim
Presidente Conselheiro

Ernesto Stodieck Neto
Conselheiro

FAÇA SUA PUBLICAÇÃO LEGAL NO NOTÍCIAS DO DIA

Notícias do Dia
O melhor para quem vive a cidade

Ligue Já!
3212-4104

